

## O MAPA ENQUANTO DISCURSO E O DISCURSO DO MAPA: ALGUMAS QUESTÕES

MAPS AS DISCOURSE AND THE MAP'S DISCOURSE: A FEW ISSUES

Rogata Soares Del Gaudio\*

### Resumo

Este artigo procura analisar o discurso presente em alguns mapas políticos em pequena escala. Os referenciais teóricos para essa análise estão presentes no campo da Análise do Discurso. Se os mapas políticos elaborados em pequena escala exercem uma função “mistificadora”, esta se apresenta sob a forma da “neutralidade e cientificidade” aparentemente presentes em sua elaboração, e a partir de nossa familiarização com eles, construída no contato cotidiano nas aulas de geografia da escola básica, e mesmo na grande imprensa.

*Palavras-chave:* análise do discurso, ideologia, mapas políticos em pequena escala, geografia.

### Abstract

This paper aims to analyze the discourse present in political maps in small escala. The theoretical framework for this analyses come from the field of discourse analysis. If the maps play a role of “mystification”, this role is presented as “neutral and scientific”, characteristics apparently present in the process of elaboration of the maps. Moreover, the “mystification” results from the way they became more familiar to us, in geography classes at school, as well as in the press.

*Key Words:* discourse analysis, ideology, politic maps in small escala, geography

---

\* Colégio Técnico da UFMG, NEILS (PUC/SP)  
email: rogata@coltec.ufmg.br

Uma das peculiaridades da geografia enquanto disciplina escolar diz respeito ao constante uso de mapas, tanto em sala de aula, quanto como exercício de “fixação de conteúdos”. Normalmente os mapas mais utilizados são os políticos, em pequena escala<sup>1</sup>, que procuram demonstrar as relações entre os lugares quanto a distância ou localização, entre outras coisas.

Portanto, os mapas procuram representar os diferentes espaços<sup>2</sup>, estabelecendo a “síntese” sobre um determinado território<sup>3</sup> em um dado momento histórico.

O que se pretende nesse texto é justamente estabelecer algumas reflexões sobre os mapas em pequena escala bastante utilizados como instrumentos de síntese e representação espacial nas aulas de geografia. Não se procurará analisar a prática docente em relação ao uso de mapas - até mesmo porque não foram realizadas pesquisas empíricas a esse respeito - mas, apontar alguns elementos do mapa enquanto portador de um - ou vários - discurso(s) sobre o território.

Como, ou de que modo os mapas se constituíram em objetos valorizados enquanto representações efetivas e verdadeiras sobre o real? De acordo com Bakhtin (1992), *“a cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto de atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. Como se pode determinar este grupo de objetos ‘valorizados’? Primeiro, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo, que concerne, de alguma maneira às bases de sua existência material. Em outras palavras, não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social.”*

Os mapas têm o seu “valor social” construído a partir da nossa familiarização com eles nas aulas de geografia, ou através da imprensa (escrita ou televisionada). E foram tão profundamente associados à essa “disciplina escolar” a ponto de serem com ela confundidos. Pode-se dizer que os mapas representam uma “imagem canônica” para a geografia, especialmente a escolar.

Nesse caso, a percepção não é a do mapa enquanto portador de um discurso sobre um território, mas dele enquanto o discurso melhor elaborado sobre o mesmo, evidenciando seu caráter de convencimento sobre a realidade, ou mesmo sua capacidade em apontar para diferentes contradições políticas, econômicas e sociais presentes nessas representações. Ou seja, é interessante analisar alguns mapas políticos em pequena escala não apenas como portadores de um determinado discurso sobre o território, mas caracterizar

esse discurso como ideológico, apesar da aparente “neutralidade” apresentada pelos mesmos.

É ainda a Bakhtin que recorremos para apontar esse aspecto ideológico presente nos mapas políticos em pequena escala. Para Bakhtin (1992) “*o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata.*” E refratar, nesse caso, pode significar “*quebrar ou desviar a direção de*” (Dicionário Aurélio:2.000). Qual a relação desta idéia com os mapas? Um mapa pode aparecer como um “reflexo” fiel do real. Todavia, ao mesmo tempo que efetivamente reflete em parte este real, pode desviar a atenção de elementos/atores importantes para determinada construção.

Um mapa político em pequena escala efetivamente apresenta um poder de convencimento? Que sentimentos um mapa político em pequena escala pode despertar? Que informações esse tipo de mapa fixa de forma subliminar? O que um mapa desse tipo explicita sobre um território? O que ele oculta? Eis algumas questões que procuraremos abordar ao longo desse texto, usando como referencial elementos pertinentes à análise do discurso.

Mas o que é um mapa? Segundo JOLY (1990:7/8) “*um mapa é uma representação geométrica plana, simplificada e convencional, do todo ou de parte da superfície terrestre, numa relação de similitude conveniente denominada escala. (...) É uma construção seletiva e representativa que implica o uso de símbolos e de sinais apropriados. (...) O número e o acúmulo dos símbolos dependem, com efeito, do espaço disponível: quanto maior a redução da imagem terrestre (ou seja, quanto menor for a escala), mais severa é a seleção e mais abstrata a simbologia.*”

Os mapas apresentam informações codificadas, que se dirigem de um sujeito para outro sujeito constituindo-se, portanto, numa “enunciação”.

Para Yves Lacoste, todavia, “*muito mais que um conjunto de estatísticas ou que um conjunto de escritos, a carta<sup>4</sup> é a forma de representação geográfica por excelência; é sobre a carta que devem ser colocadas todas as informações necessárias para a elaboração de táticas e estratégias. Tal formalização do espaço, que é a carta, não é nem gratuita, nem desinteressada: meio de dominação indispensável, de domínio do espaço, a carta foi, de início criada por oficiais e para os oficiais. A produção de uma carta, isto é, a conversão de um concreto mal conhecido em uma representação abstrata, eficaz, confiável, é uma operação difícil, longa e onerosa, que só pode ser realizada pelo aparelho de Estado e para ele. A confecção de uma carta implica num certo domínio político e matemático do espaço representado, e é um instrumento de poder sobre esse espaço e sobre as pessoas que ali vivem.*” (Lacoste: 1997:23)

Em parte um dos elementos que permite considerar o mapa enquanto um discurso sobre o real assenta-se exatamente nessa primeira característica. Para elaborar um mapa político

de um território muito extenso como o brasileiro, as simplificações são de grande magnitude. Destacam-se apenas informações bastante genéricas, seja sobre o relevo, o clima, ou, no caso que nos interessa, sobre os limites políticos, tanto interna quanto externamente.

E à medida que esses limites aparecem sempre do mesmo modo e aparentemente descontextualizados, criamos a impressão que o Brasil “nasceu” com essa forma, não que suas fronteiras foram objeto de estratégias políticas e militares por parte primeiramente da Coroa Portuguesa e, posteriormente, do próprio Estado brasileiro. Portanto, ao mesmo tempo que temos uma noção “clara” acerca do que seria o Brasil e suas fronteiras, nos “esquecemos” de verificar as manobras, articulações e lutas que levaram à conformação político-fronteiriça atual. Mais que isso, temos a impressão que essa forma é perene, estável, não sujeita a alterações, portanto, eterna.

Apesar das fronteiras não se constituírem como uma linha<sup>5</sup>, nos mapas políticos em pequena escala é assim que aparecem, dando a impressão de que no terreno também é assim, confundindo “limite e fronteira” (Martin:1994:47 e segs.) e criando também a ilusão de “fim de país”, extremo, distante.

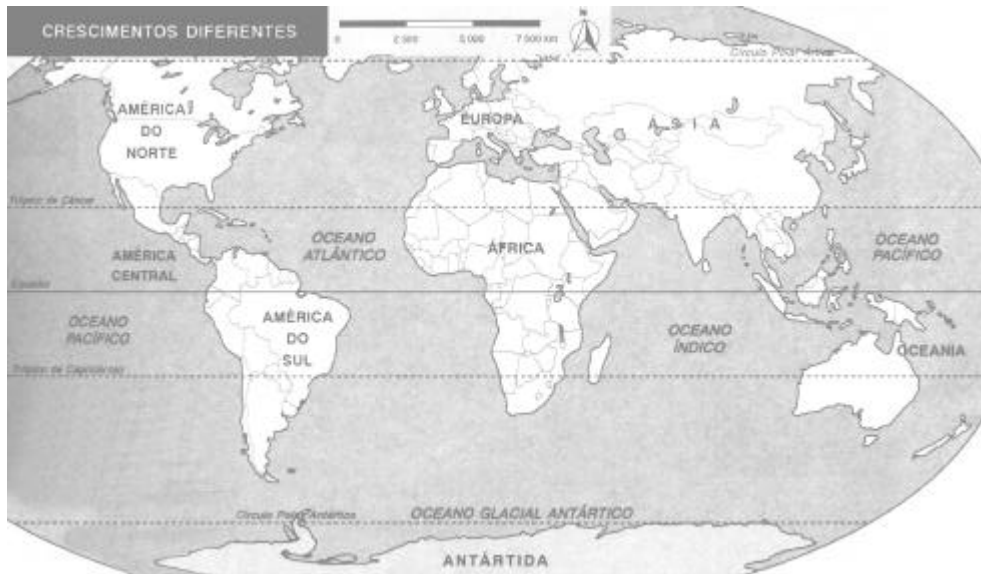
Nesse caso, tais mapas cumprem uma importante função ideológica: separam o que é interno, considerado nesse caso como homogêneo - a despeito de todas as diferenças regionais ou de classes - do que é externo, apesar das semelhanças ou continuidades. Foucault (2.000:22) afirma que “*pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer*” (Grifo nosso). Apesar do autor estar se referindo especificamente neste texto à fala, podemos associar este trecho à permanência que encontramos nos mapas políticos em pequena escala, pois eles são elaborados e usados, assim permanecendo indefinidamente, ou até o momento em que um fato novo e/ou violento não apenas os questionem, como estabeleçam mudanças na sua configuração.

Portanto, esses mapas sendo elaborados pelos aparelhos de Estado<sup>6</sup> e para eles, cumprem a função ideológica destacada por Lacoste, na medida em que geram um aparente saber sobre o espaço, ao mesmo tempo que permitem um maior domínio sobre ele e “sobre as pessoas que ali vivem”.

Determinados mapas políticos em pequena escala podem criar também impressões de proximidade e distância que não condizem necessariamente com o real, até por ser a Terra esférica. Observe os mapas 1, 2 e 3 a seguir.

**O MAPA ENQUANTO DISCURSO E O DISCURSO  
DO MAPA - ALGUMAS QUESTÕES**

Mapa 1



Fonte: MAGNOLI, D e SCALZARETTO, R. (1996:22), adaptado

Mapa 2



Fonte: MAGNOLI, D. & SCALZARETTO, R. (1996:07, adaptado)

Rogata Soares Del Gaudio



Todos os três mapas foram elaborados em pequena escala, porém retratam a mesma superfície e todos apresentam distorções. O que explicitam e o que ocultam?

O mapa 1 é encontrado facilmente em qualquer manual didático, em agências de turismo, em escritórios ou nas salas de aula. Já os mapas 2 e 3, nos chegam a parecer até estranhos, tão pouca é nossa familiaridade com esse tipo de projeção, embora eles estejam se tornando mais comuns nos manuais didáticos.

A partir da primeira imagem temos a impressão que tanto a Rússia, quanto os países localizados no Leste da Europa estão bastante distantes da nossa realidade; além disso, é muito difícil localizarmos o Hawai no Pacífico.

A comparação do primeiro com o terceiro é óbvia: o Hawai está localizado estrategicamente no Pacífico, daí sua importância para a federação americana, a ponto de se constituir no 50º estado dos EUA. Essa localização estratégica passa despercebida por todos nós, e chegamos inclusive a estranhar que o Hawai seja constituinte da federação americana. Todavia, os estrategistas estadunidenses, os economistas, os militares ou os investidores, sabem perfeitamente a importância estratégica desse conjunto de ilhas para o comércio e para a guerra no Pacífico, sustentando, portanto, sua permanência na federação. Por sua vez, ao lidarmos preferencialmente com a primeira representação, sequer percebemos claramente o território havaiano. O que está explicitado na primeira representação é que existe no oceano Pacífico um conjunto minúsculo de ilhas que constituem o Hawai. O que fica oculto nessa representação é justamente o mais importante: sua localização estratégica, evidenciada pela terceira representação.

Para compararmos a primeira e a segunda projeção convém nos reportarmos à Guerra Fria<sup>7</sup>, período de grande tensão mundial. O que isso tem a ver com os mapas políticos em pequena escala?

Quando afirmamos que tais mapas ocultam e revelam um discurso, basta observar a aparente distância entre EUA e URSS no primeiro mapa. Ao utilizar e divulgar exaustivamente essa representação havia um reforço subliminar da distância entre ambos. Todavia, ao observarmos o segundo mapa, centrado no Pólo Norte, verificamos que ao invés de distantes, as duas superpotências na realidade eram vizinhas, separadas apenas pelo Estreito de Bering. Aqui entra em relevância outro aspecto: por que o Alasca se constitui no 49º Estado da federação americana? Primeiramente por seus recursos naturais, sobretudo energéticos (petróleo) e segundo, também por sua importância estratégica: a proximidade com a Ásia, sobretudo com a URSS. O que revelam? As formas políticas entre os países. O que ocultam? Suas localizações estratégicas.

Um outro aspecto que merece destaque: no período da Guerra Fria houve um forte alinhamento dos países latino-americanos aos EUA<sup>8</sup>. Em parte, ao utilizarmos exaustivamente a primeira projeção, reforçávamos subliminarmente duas coisas: primeiro a nossa distância – ideológica e geográfica – em relação à URSS aos seus satélites; segundo, nossa proximidade ideológica e geográfica com os EUA – estamos situados inclusive no “mesmo” continente.

Yves Lacoste aponta essa aparente inutilidade, repetição ou permanência no discurso geográfico como um elemento extremamente poderoso, à medida que contribui para o esvaziamento do sentido do saber/apreender/conhecer o espaço. Para este autor, “*é sobretudo quando ele parece inútil que o discurso geográfico exerce a função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus objetivos ‘neutros’ e ‘inocentes’ parece supérflua.*” (Lacoste:1997:25). Portanto, apesar de serem “mapas políticos”, há um discurso dentro e por trás dessas representações aparentemente esvaziado da própria política.

Como discordar ou mesmo criticar algo elaborado criteriosamente<sup>9</sup> e que se pretende como uma “síntese” do real? Como não perceber que mesmo um instrumento aparentemente neutro é portador de um discurso condizente e conivente com determinada realidade?

É certo que os mapas são representações/imagens oriundos de construções matemáticas e empíricas e que, de fato, constituem uma síntese sobre o espaço. Mas é preciso alertar também para o fato de ser o espaço extremamente dinâmico, ao passo que as representações são estáticas. São como um instantâneo, ao passo que o entorno foi sendo reconfigurado enquanto era elaborado.

Os processos de mudanças de fronteiras, na atualidade, são muito rápidos. Se não houver uma certa criticidade ao trabalhar com esse tipo de representação, se não houver uma preocupação em observar os processos históricos de construção dos territórios, poderemos ser “pegos de surpresa”. Os acontecimentos de fins da década de 1980 que o digam<sup>10</sup>.

Outro aspecto que se destaca em relação aos mapas diz respeito ao fato de se constituírem em uma mensagem, portanto, “falarem” sobre algo, sendo dirigidas de um “sujeito” para outro “sujeito”, como as cartas manuscritas. Os mapas são elaborados para fins específicos, como os militares, estratégicos, escolares, bem como, sua acessibilidade e compreensão também se relacionam aos fins para que foram elaborados.

Porém, um mapa e uma carta escrita se diferenciam na medida em que no primeiro, está



contido o próprio código para sua compreensão, representado pela legenda, ao passo que na segunda, pressupõem-se aprioristicamente o reconhecimento dos sinais ali plotados. Portanto, um mapa é algo que se produz – representa – para alguém, que está codificado e que se pressupõe que o outro compreenda e decodifique. E que mantém a particularidade de ser o resultado de operações matemáticas e empíricas que constituem objeto de escolha de quem encomendou sua realização e de quem o materializou. Portanto, é um discurso na medida em que estabelece uma comunicação, pretende representar o espaço/território, é objeto de escolha – tanto do tema, quanto da forma – e pressupõe, mesmo durante sua elaboração, o uso e a compreensão.

Para que servem os mapas, especialmente os políticos em pequena escala (planisfério, mapa do Brasil, mapa de Minas Gerais, etc.)? Servem fundamentalmente para fixar determinadas imagens dos territórios, reforçar certas noções de proximidade/distância aprioristicamente, aparentemente não considerando os processos históricos, sociais e econômicos, ou as possibilidades de sua permanente de construção/desintegração.

Tais procedimentos podem contribuir para o reforço do sentimento de “pertencimento” (Anderson: 1989) e de fidelidade por exemplo, aos Estados Nacionais, superiores inclusive a outros sentimentos ou fidelidades (como a de classe). Desse modo é possível compreender como numa guerra entre nações<sup>11</sup> temos uma mesma classe em luta entre si, dominados x dominados, defendendo, cada um, “seu quinhão territorial”.

Obviamente, os mapas – especialmente os políticos em pequena escala – não são os únicos instrumentos desse processo. Todavia, são imagens muito poderosas, porque materializam e objetivam o que só é concebido em pensamento. Um mapa em pequena escala fornece, ao mesmo tempo, uma imagem de neutralidade/cientificidade e de verdade sobre um dado território.

Em parte, esse poder do mapa deriva de três coisas:

- ⇒ poucos sabem utilizá-lo efetivamente;
- ⇒ poucos são os que os elaboram;
- ⇒ são utilizados apenas determinados mapas em determinadas escalas, conforme o objetivo previamente estabelecido.

Ao mesmo tempo, tais mapas potencializam e canalizam nossos sentimentos em relação ao território que habitamos, tornando familiar determinada imagem, a ponto de causar estranhamento e incômodo qualquer processo que almeje modificar sua forma.

*avanços na representação geográfica do Estado acompanharam a consolidação do poder Monárquico, na Europa pós-medieval. Inventários e cartas foram os meios utilizados para a produção dessas representações. (...) Os descobrimentos assinalaram um período de efervescência na atividade cartográfica, que deu origem à cartografia moderna e teve na África o principal objeto de representação, ainda nos séculos XV e XVI. (...) Uma parte significativa dos produtos cartográficos desse período jamais chegou a ser impressa, em virtude do manto de sigilo que a recobria: os reis tiveram, desde cedo, uma consciência viva do caráter estratégico do saber que as cartas sintetizavam. Por determinação legal, uma série de cartas mais acuradas, elaboradas pelos engenheiros do rei - versando sobre fronteiras ou assuntos militares - só podiam assumir forma manuscrita, ficando interdita sua impressão” (grifos nossos). Portanto, as cartas eram elaboradas “por oficiais e para os oficiais” (Lacoste:1997:23). E no caso de não ser possível recorrer à impressão, os cartógrafos reais recorriam então à linguagem, todavia, uma linguagem cifrada, contendo as informações pertinentes e necessárias, mas somente para quem as pudesse decodificar – interpretar<sup>12</sup>.*

Pode-se dizer que essa concepção dos mapas e cartas como representações cifradas da realidade mantém sua atualidade, pois poucos efetivamente os percebem deste modo e utilizam-nos dessa forma. No caso dos mapas políticos em pequena escala, esse caráter de “saber estratégico” e codificado raramente aparece como tema de discussão.

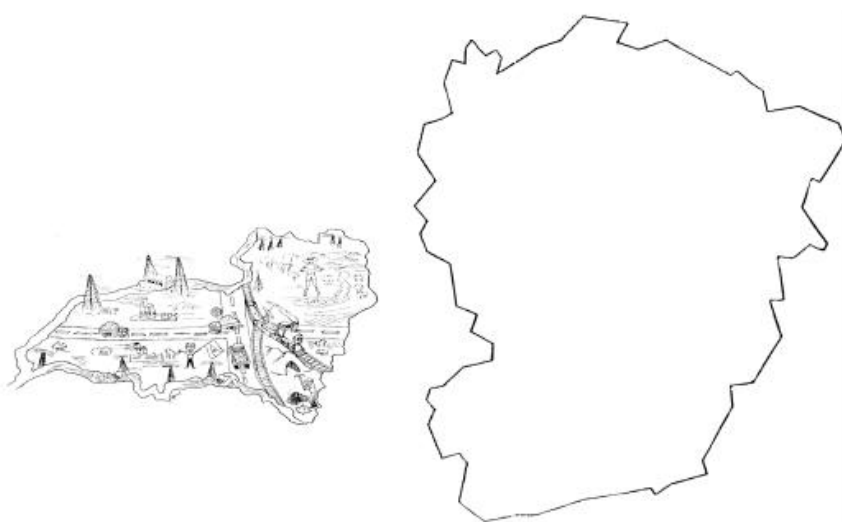
A representação (mapa) do estado nacional e suas fronteiras de forma a-crítica e a-temporal permite, sem questionar – pois constitui uma “verdade materializada” sobre uma “imaginação” – a homogeneização do “povo” para dentro e sua diferenciação para fora, a partir das fronteiras, aparentemente linhas bem demarcadas e estáveis. Não se constitui apenas em elemento de dominação, mas é artifício de formação da “identidade nacional” e de “amor à pátria”.

Esse tipo de mapa reforça também nossa familiaridade com os nomes regionais, dando a impressão que esses termos sempre existiram, como por exemplo Pampulha, Araxá, Goiás<sup>13</sup>, ao mesmo tempo, esvaziando ou tendo modificado seu sentido inicial. Todavia, ao ouvirmos esses nomes e ao vermos exaustivamente suas representações nos mais variados meios de comunicação, criamos a sensação de familiaridade com eles, “cristalizando-os” em nossas concepções territoriais.

Desse modo, tais divisões, que aparecem muitas vezes até sobrepostas, ao invés de parecerem contraditórias para nós, se apresentam quase como "coisas naturais" e comuns. Estranho seria não termos identidades reforçadas por tais representações. É aqui que se coloca a inversão propiciada pelas cartas e mapas políticos em pequena escala como discurso: não há estranhamento na superposição de identidades (belo-horizontino, mineiro, brasileiro). O estranhamento ocorre quando essas identidades e suas representações são questionadas de alguma forma.

Além de conferirem essa sensação de pertencimento, os mapas conferem também a impressão de eternidade: afinal, desde que nascemos o espaço estava assim dividido; portanto, supomos que assim permanecerá, indefinidamente.

Quanto ao questionamento dessas identidades associadas às representações, observe as Figuras 4 e 5 a seguir:



Fonte: Cartilha CET in Longhi: 1997,  
apêndices

O estranhamento está em imaginar Minas Gerais sem o seu "nariz", extremo da antropomorfização<sup>14</sup> do território. Todavia, o primeiro mapa (Figura 4) aparece em

cartilhas elaboradas pelos defensores da separação do Triângulo de Minas Gerais<sup>15</sup>. Estas cartilhas são inclusive, distribuídas nas escolas da região. Seria talvez o processo de familiarização das crianças triangulinas com um "novo território" e a criação de seu "estranhamento" para com o pertencimento à Minas Gerais.

Esse processo de antropomorfização pode atingir inclusive outros extremos discursivo-ideológicos. Observe as representações abaixo:

Figura 6



Fonte: Jornal de Uberaba apud Siqueira (1995): Longhi: 1997:53

Fonte: Estado de Minas apud Siqueira (1995): Longhi: 1997:53

Os mapas que representam esses dois territórios assumiram características humanas, sendo capazes de “cantar” ou de “chorar”. É a materialização, tendo a carta como referência, de dois discursos políticos sobre pertencimento e território de dois grupos em aparente conflito, que, todavia, pelo menos por enquanto, se encontram representadas - cartográfica e politicamente - por um mesmo Estado dentro do contexto nacional.

Segundo Bakhtin, “*toda esfera ideológica se apresenta como um conjunto indivisível, não sendo aconselhável separar a ideologia da realidade material do signo, dissociar o signo das formas concretas de comunicação social (o signo faz parte desse sistema, não tendo existência fora dele, a não ser como objeto) e dissociar a comunicação de sua base material. O signo precisa estar ligado-referenciado nas condições sócio-econômicas de um grupo.*” (Bakhtin:1992). Desse modo, os mapas ao representarem o espaço, o fazem a partir de elementos comuns aos diversos grupos humanos que nele vivem. Todavia, as escolhas do que e do como representar não necessariamente se adaptam às impressões objetivas dos seus habitantes, mas ao contrário, podem “refletir/refratar” apenas o que parte do grupo vivencia ou quer “desvelar/ocultar”.

Portanto, os mapas/cartas representam signos, porém, esses signos somente têm sentido dentro de sua realidade/materialidade objetiva e presente. “*Um signo existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer esta realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico. Tudo que é ideológico possui valor semiótico. (...) Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Tudo que é ideológico é um signo. Sem signos, não existe ideologia. Todo corpo físico pode ser percebido como signo. (...) E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico.*” (Bakhtin:1992)

Bandeiras, hinos, cenotáfios<sup>16</sup> e, neste caso, mapas políticos em pequena escala podem ser considerados como signos, significações/materializações ideológicas da nação ou dos estados que a compõem; podem significar sua transposição do “imaginado” (Anderson:1986) para o mundo “material”.

Não negamos a cientificidade ou a síntese representadas pelos mapas e cartas. Porém, procuramos destacar um elemento que geralmente passa “despercebido” no nosso contato diário com eles, que é justamente essa capacidade de revelar/ocultar a própria realidade que lhe deu origem e valor.

As representações, especialmente aquelas políticas em pequena escala, por se constituírem numa síntese discursiva e criarem a familiaridade com as diferentes construções políticas materializadas no espaço, têm um poder de convencimento maior que qualquer discurso proferido ou escrito, até por se “cristalizarem” em nosso imaginário.

Como no caso das imagens anteriores, essa função criadora/reforçadora de identidades é tão forte em tais mapas, que eles podem conter toda uma propaganda ideológica, política e econômica, transformando-se, eles próprios, em “sujeitos”.

Para Althusser, “*a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*” (Althusser:1996:126). Nesse caso, os mapas políticos em pequena escala representam ideologicamente a relação sociedade x território, a despeito da temporalidade dessa relação, ou até mesmo, apesar dela.

Ainda segundo esse autor, “*o que os ‘homens’ ‘representam para si’ na ideologia não são suas condições reais de existência, seu mundo real; acima de tudo, é a sua relação com essas condições de existência que se representa para eles na ideologia. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica, portanto, imaginária, do*

*mundo real.*” (Althusser:1996:127, grifos nossos). Portanto, um mapa político em pequena escala não é o território “concreto” das sociedades, mas representações imaginadas dele. E por isso mesmo, podem ser os porta-vozes – indireta ou diretamente – de um discurso sobre ele, como nos exemplos anteriores.

Outro aspecto que se destaca nesses mapas é que eles realizam aquilo que Pêcheux denomina de “interpelação”<sup>17</sup>. De acordo com ele, a “*interpelação é uma ilustração, um exemplo adaptado a um modo específico de exposição, suficientemente ‘concreta’ para ser reconhecida, mas abstrata o bastante para ser pensável e pensada, dando origem a um conhecimento.*” (Pêcheux:1996:149, grifos nossos).

Logo, quando “se fala, se fala a alguém”, e, especialmente no caso dos últimos mapas, de “uma comunidade para outra comunidade”, ainda que “imaginada”<sup>18</sup>. Tais mapas constituem portanto, um sentido e, ao mesmo tempo, “um sujeito”, representando identidades, pertencimentos, “o seu lugar”, o “seu território”.

Pêcheux, portanto, afirma que “*o teatro da interpelação*” permite a ligação do “*sujeito perante a lei*”, apresenta esse vínculo como se “*o teatro da consciência - eu vejo, eu falo, etc - fosse observado dos bastidores*” e designa, pela discrepância da formulação “*indivíduo/ sujeito, o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado a existir*” (Pêcheux:1996:146, 147). Logo, o importante é o significante, isto é, aquilo que representa o sujeito da interpelação/ identificação. No caso dos mapas apresentados anteriormente, eles próprios se transformaram em significantes/sujeitos, traduzindo para outros sujeitos – dessa vez, concretos, os “nacionais” – o que significa pertencer a um território.

É uma inversão, como se o território existisse antes do espaço, sem contradições, sem processos, sem relações de poder, “naturalizando” e cristalizando portanto, tais configurações territoriais.

Ainda de acordo com Pêcheux, “*se é verdade que a ideologia recruta sujeitos entre os indivíduos(...), precisamos saber de que modo ‘voluntários’ são designados nesse recrutamento(...), como os indivíduos aceitam como evidente o sentido daquilo que ouvem e dizem, lêem e escrevem (ou do que tencionam dizer e do que se tenciona dizer a eles) na condição de sujeitos falantes.*” (Pêcheux:1996:151)

Portanto, apesar das especificidades inerentes aos mapas políticos em pequena escala como discurso, estes podem realizar esse “recrutamento”, especialmente ocultando/ revelando a constituição histórico/concreta dos territórios.

Tais mapas são exaustivamente vistos em todos os lugares, diariamente reproduzidos pelos meios de comunicação, com as mais variadas intenções, além de se tornarem familiares para nós a partir das aulas de geografia. Como não percebemos esse imenso poder com o qual lidamos quotidianamente? Como agimos como “autômatos” na construção/reprodução desse saber, apesar de portarmos um discurso político “progressista e libertário”? Talvez essa seja apenas mais uma faceta do nosso “concreto” mal conhecido.

---

<sup>1</sup> Para a geografia, a escala do mapa representa numérica ou graficamente a relação de proporção entre o real e a representação. Existem geralmente três tipos de escala: a grande, que representa pequenas áreas em seus múltiplos detalhes; a média, normalmente usada em mapas temáticos como os de topografia e finalmente, aqueles mapas em pequena escala, que representam grandes áreas, porém com muito menos detalhes. Neste texto serão analisados apenas mapas elaborados em pequena escala.

<sup>2</sup> Segundo Raffestin (1993:143,144), “o espaço (...) é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.”

<sup>3</sup> “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação) o ator ‘territorializa’ o espaço.(...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.” (RAFFESTIN: 1993:143,144 - Grifos nossos)

<sup>4</sup> A distinção entre mapas e cartas geográficas é realizada normalmente a partir da escala. Os mapas que representam grandes áreas, contendo informações genéricas e poucos detalhes, são elaborados em geral em pequena escala; as cartas por sua vez, representam espaços menores, aumentando os detalhes, porém perdendo informações gerais, sendo elaboradas normalmente em médias e grandes escalas.

<sup>5</sup> De acordo com Martin (1994:46/47) “no período moderno as fronteiras aparecem como as molduras dos Estados-nações, de modo que tanto o seu estabelecimento, como eventuais modificações, são manifestações de transformações que estão se processando no interior das sociedades (...) Fronteira, ocupando uma faixa, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada onde os habitantes de estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio, em particular sob a forma de contrabando.”

<sup>6</sup> Para Althusser (1996:114) “convém lembrar que, na teoria marxista, o Aparelho de Estado (AE) contém o governo, os ministérios, o exército, a polícia, os tribunais, os presídios, etc, que constituem o que doravante denominaremos de Aparelho Repressivo de Estado. (...) Daremos o nome de Aparelhos Ideológicos de Estado a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. (...) Podemos, de momento, considerar as seguintes instituições como Aparelhos Ideológicos de Estado: o AIE religioso; o AIE escolar; o AIE familiar; o AIE jurídico; o AIE político; o AIE sindical; o AIE da informação; o AIE cultural”.

<sup>7</sup> A guerra fria se estendeu de 1944/46 a 1989 e foi caracterizada por uma disputa ideológica e político-militar entre duas superpotências EUA e URSS, tendo como elementos marcantes a corrida armamentista e aeroespacial e o alinhamento ideológico, econômico e político dos demais países a uma ou à outra superpotência.

<sup>8</sup> Não é intenção deste texto discorrer sobre o teor desse alinhamento ou sobre suas características ou formas de implantação/coerção. Apesar de ter ocorrido um movimento de implantação de ditaduras pró EUA na quase totalidade dos países americanos, o fato é que, forçadamente ou não, a maioria desses países efetivamente se alinharam aos EUA durante a Guerra Fria.

<sup>9</sup> Não se pretende questionar os processos matemático-estatísticos que levaram à elaboração dos mapas. Mas é preciso explicitar que, mesmo usando critérios matemáticos, o que representar, o que excluir e como, foi objeto de escolhas e determinações tanto por parte de quem foi responsável por sua elaboração, quanto por parte de quem os “encomendou” e com que finalidade o fez.

<sup>10</sup> Esse período foi marcado por grandes alterações das fronteiras européias, consideradas “estáveis” desde o fim da II Guerra Mundial. Com a Queda do Muro de Berlim em 1989 e com a derrocada soviética em 1991/92, as fronteiras políticas da antiga Europa Oriental foram profundamente alteradas, pacificamente (Ex- Tchecoslováquia) ou não (Balcãs). De certo modo, muitos de nós, professores de geografia, fomos “pegos de surpresa” por essas mudanças, justamente por não considerarmos adequadamente os processos de construções territoriais e os processos de nacionalismo nessa região. O mesmo pode ser dito em relação às fronteiras africanas, que somente são “evidentes” para nós, mas não necessariamente para os povos que ali vivem e que lutam por sua real demarcação/significação.

<sup>11</sup> Segundo Anderson (1989:14), “ *nação é uma comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana.*”

<sup>12</sup> De acordo com Magnoli (1997:32/33) “*Foucault (1979:162) observa que algumas narrativas geográficas imaginárias não passavam de estratégias de camuflagem: ‘uma pessoa especializada em documentos da época de Luís XIV, consultando a correspondência diplomática do século XVII, se apercebeu de que muitas narrativas, que foram em seguida reproduzidas como narrativas de viajantes e que revelavam um monte de maravilhas, plantas incríveis, animais monstruosos, eram na verdade narrativas codificadas. Eram informações precisas sobre a situação militar do país visitado, os recursos econômicos, os mercados, as riquezas, as possibilidades de relação. De modo que muita gente atribui à ingenuidade tardia de certos naturalistas e geógrafos do século XVIII coisas que na realidade eram informações extraordinariamente precisas...’ (...). Frederico, o Grande, da Prússia, parece ter sido um adepto extremado do sigilo cartográfico: ‘Conta-se que o rei guardava sua coleção de mapas no castelo de Potsdam propositadamente num cômodo situado em cima de seu dormitório; o ranger dos degraus da escada que levava à cartoteca tinha a função de uma espécie de alarme’ (...).”* Citações encontradas em Magnoli:1997:32/33, (grifos nossos).

<sup>13</sup> Nesse caso é notória a falta de referência aos povos indígenas, habitantes primeiros de tais lugares. De fato, os Araxás eram um povo indígena bastante resistente à dominação, tendo sido, por isso mesmo, dizimado. Sobrou uma referência no nome da famosa cidade mineira; no caso de Goiás, em mapas mais antigos - século XVIII, por exemplo - a região era conhecida e demarcada como a “Terra dos Goyaz”, habitantes ali encontrados pelos colonizadores. Sobraram pelo menos no nome do Estado...

<sup>14</sup> Empreguei esse termo em minha dissertação de mestrado, como referência à transposição de sentimentos, expressões, desejos e trejeitos humanos aos mapas, representantes dos territórios.

<sup>15</sup> Para maiores detalhes ver: LONGHI, R.S.D.G. (1997) *Unidade e fragmentação: o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. Dissertação de mestrado, PUC/SP.

<sup>16</sup> ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

<sup>17</sup> Obviamente guardadas as proporções. Ao trabalhar com AD, nos reportamos à palavra, seja ela escrita ou pronunciada. No caso específico dessa análise, estamos nos reportando aos mapas políticos em pequena escala. Todavia, apesar de a análise carecer também de um aprofundamento em semiótica, nada impede a utilização desse instrumental nesta análise, na medida em que tais mapas são considerados como um discurso sobre o real, como destacado anteriormente.

<sup>18</sup> Esse conceito é trabalhado em Anderson. Para ele, “ *as nações são comunidades imaginadas (...)* porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão.” (Anderson:1989:14)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. Ed. Ática, São Paulo, SP, 1989
- ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Contraponto editora, Rio de Janeiro, RJ, 1996.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Hucitec, São Paulo, SP, 6ª edição, 1992
- CHALIAND, G. e RAGEAU, J.P. *Atlas Strategique*. Paris: editions Complexe, pág.81, 1991.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso - aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970*. Edições Loyola, São Paulo, SP, 6ª edição, 2000.
- JOLY, F. *A Cartografia*. Papirus Editora, Campinas, SP, 1990.
- LACOSTE, Y. *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Papirus Editora, Campinas, SP, 4ª edição, 1997.
- LONGHI, R.S.D.G. *Unidade e Fragmentação: o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) dissertação de mestrado, 1997.
- MAGNOLI, D. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 - 1912)*. Editora da Universidade Estadual Paulista(Unesp)/Moderna Editora, São Paulo, SP, 1997.
- MAGNOLI, D e SCALZARETTO, R. *Atlas Geopolítica*. Editora Scipione. São Paulo, SP, 1996.
- MARTIN, A. R. *Fronteiras e nações*. Ed. Contexto, São Paulo, SP, 2ª edição, 1994.
- PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico". In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Contraponto Editora, Rio De Janeiro, RJ, 1996.
- RAFFESTIN, C. . *Por uma geografia do poder*. Ed. Ática, São Paulo, SP, 1993.